



A FINALIDADE SOCIAL DA EDUCAÇÃO E RELAÇÃO COM O SABER

Francisco Flávio Alves Felipe

Universidade do Estado da Bahia-UNEB

ffelipe@uneb.br

Resumo: O presente artigo é resultado de uma recente pesquisa que teve como objetivo geral analisar a contribuição do processo de formação do professor do ensino médio para o sucesso escolar do aluno. A referida investigação foi realizada no Programa de Pós- Graduação em Educação – PPGED – UESB – Vitória da Conquista. Do ponto de vista da organização metodológica, este estudo tem duas referências fundantes. Primeiramente, pauta-se na “Epistemologia Qualitativa”, na perspectiva proposta por González Rey (2015), para quem o processo de construção da informação representa o momento mais difícil na realização da pesquisa qualitativa. Depois, também fundamenta esta pesquisa um dispositivo da Epistemologia Qualitativa elaborado por Nunes (2011) denominado de “conversas interativo-provocativas”. A partir dessas duas referências, articulamos para enfrentamento metodológico do presente estudo, a realização de um instrumento de produção de informações, o qual denominamos de “conversas maiêutico-provocativas”, buscando como base inicial a segunda parte do Método Socrático, denominada de Maiêutica. Pensamos que atualmente, a função social da escolarização apresenta como aspecto central, a busca pelo conhecimento, a construção do saber, a aprendizagem e a descoberta.. Tendo como referência o aporte teórico e as informações construídas a partir das conversas maiêutico socráticas com as professoras de uma escola pública estadual de Guanambi – Bahia, podemos compreender que é papel da instituição educativa promover o acesso ao saber, democratizar o conhecimento, trabalhar as formas de pensar, ajudar o aluno a pensar melhor, a sistematizar o seu pensamento para resolver problemas, independente de quais sejam esses problemas.

Palavras-chave: Educação. Finalidade social da escolarização. Relação com o saber.

Introdução

A educação é socialmente referenciada. Trata-se de uma prática social inserida na dinâmica da sociedade como um todo. A prática educativa é intencional, sendo que os seus fundamentos, objetivos e significados são construídos pelo conjunto da sociedade.

O professor Ernani Maria de Fiori ao prefaciар o livro *Pedagogia do Oprimido* (1987) afirma que pensar o mundo é julgá-lo. Fiori (1987) diz que o educando para assumir responsavelmente a sua missão de homem, há de aprender a dizer a sua palavra, pois com ela

constitui a si mesmo e a comunhão humana em que se constitui, além de instaurar o mundo em que se humaniza, humanizando-o.

Coadunando com Freire (1987, 1996), não cremos numa educação redentora, capaz de transformar o mundo, a sociedade, o poder instituído. Acreditar que a educação sozinha tudo pode fazer, é no fundo, uma grande ingenuidade. Porém, se ela não pode fazer tudo, não significa que nada pode fazer. O ato educativo contribui e impulsiona a gestação, a concretização de um novo projeto para a sociedade.

A educação pode de algum modo ajudar a recuperar a humanidade perdida de homens e mulheres coisificados pelas condições sociais e econômicas da sociedade que se esforça para impedi-los de realizar a sua vocação ontológica de “ser mais”.

Assim, se a sociedade quer transformar homens em coisas, o ato educativo representa uma boa oportunidade de iniciar um processo de humanização que lhes devolva a condição de seres humanos autênticos. Pensar a educação desta forma, significa não separá-la da política e da sociedade. Brandão (2004) afirma categoricamente que “ninguém escapa da educação”. Esta tese sublinha, confirma a importância, a relevância desta prática social. Todavia, devemos ter clareza quanto à impossibilidade de haver neutralidade na educação. Ela pode servir tanto para oprimir, quanto para libertar, pode agir em conformidade com o poder e manutenção do status quo, mas pode e deve ajudar a criar o contra-poder e derrubar a ordem social vigente, injusta com o povo.

Essa perspectiva coloca a educação como um fazer que busca a emancipação e o empoderamento dos sujeitos, sobretudo, aqueles que historicamente ficaram à margem da sociedade, do ponto de vista econômico, social, político e cultural. Nesse sentido, Libâneo (2003) afirma que o papel da educação no contexto da sociedade técnico-informacional em que vivemos, deve assegurar um processo formativo que privilegie a formação para a cidadania, para a ética e para o mercado de trabalho. A ética e a cidadania são, portanto, dois componentes fundamentais, sobretudo no que diz respeito à preparação de pessoas atuantes no contexto societário. Segundo Freire:

É exatamente neste ponto que se coloca a importância da educação enquanto um ato de conhecimento, não só dos conteúdos, mas da razão de ser dos fatos econômicos, sociais políticos ideológicos, históricos, que explicam o maior ou

menor grau de interdição do corpo consciente, a que estejamos submetidos.
(FREIRE, 1992, p. 102)

A educação imbuída da tarefa de formar a consciência crítica, de propiciar que homens e mulheres leiam o mundo, deve ser comprometida com a vida, com os seres humanos concretos com os quais atua, enfim, com a realidade da qual faz parte. É preciso conhecê-la, analisá-la criticamente, para que se tenha o desejo de transformá-la e possibilitar que outras pessoas tenham o mesmo desejo. Mas o educador dito progressista, desejoso por criar as condições para que seus educandos formem uma consciência crítica, tem necessariamente que apresentar uma determinada concepção de mundo, da história, de ser humano e uma postura diante do mundo.

A escola deve ser considerada a partir da sua totalidade, ou seja, dos seus problemas, suas capacidades, suas descobertas, suas realizações, frustrações, sonhos e projetos. As dimensões humana, técnica, política e administrativas devem manter íntima relação. Portanto, se sou professor, posso além de pensar o trabalho pedagógico em sala de aula, preocupar-me com a situação física da escola ou com os rumos de sua administração. Com propostas, ideias e ações podemos influenciar em todo o seu funcionamento e com isto obtermos melhorias na função que desempenhamos.

Assumindo a postura de sujeito agente, de ser pensante, o professor pode intervir positivamente na escola, de modo a criar um clima emocional favorecedor de aprendizagens significativas, caso esteja consciente de que o ato de ensinar nos faz algumas exigências, como defende Paulo Freire.

A crença no diálogo, no debate criador, no conflito que engendra mudanças, na conjunção de ideias de pessoas pensantes e valiosas, pode tornar o ambiente escolar propício a um convívio agradável, alegre, fértil para descobertas e produções inovadoras.

O professor progressista e democrático luta incansavelmente pela inteireza do seu fazer educativo, responsabilizando-se pelos processos de planejamento, execução e avaliação. Participar dessas fases do processo, discutir, criar, propor, ser autor e co-autor da tarefa educativa é algo próprio de professores que se respeitam e, respeitando-se, respeitam os seus alunos.

No entanto, cumprir com o seu papel, preocupar-se com as questões comuns da escola e seus direcionamentos, não são suficientes para garantir que se tenha um clima emocional

facilitador de um processo de ensino-aprendizagem, que só é eficaz à medida que envolva o conjunto dos educandos. O educador consciente engaja-se na luta por seus direitos, pelo necessário respeito às suas conquistas. Exige, ainda que governantes, respeitem os educadores e a educação como bem supremo de uma nação, valorizando-os com maciços investimentos.

A escola é uma instituição de grande valia para a sociedade. Aqueles que são dominadores têm medo do poder que a escola exerce sobre uma nação, todavia, esta instituição parece adormecida ou não reconhece a sua importância para o povo ou ainda está a serviço de um pequeno grupo que deseja que a educação persevere sem qualidade, apenas reproduzindo um ensino que não prepara para a cidadania, apenas justifica a existência com um trabalho ultrapassado, desacreditado e incompetente.

A realização plena da educação de qualidade significa uma base forte para a luta e a realização de outros direitos. Um ser instruído, que tem consciência de seus direitos, não se deixa escravizar. Estuda, pesquisa, valoriza a cultura, cumpre seus deveres e exige seus direitos com altivez, é um cidadão pleno. Como sustenta Charlot:

A educação é o movimento pelo qual uma geração recebe as criações culturais das gerações anteriores e as transmite, ampliadas, às gerações seguintes, continuando, desse modo, o processo de criação da espécie. (2013, p.169)

A educação como direito constitui um elemento fundamental na construção da justiça com equidade social. Atualmente, exclusão social na educação não é ausência de vagas, mas pela qualidade do ensino que não cumpre os seus objetivos propostos. Segundo Charlot (2013) o movimento altermundialista (Fórum Social Mundial e Fórum Mundial da Educação) considera a educação como um direito humano prioritário e inalienável para toda a vida. Esse movimento recusa, ao mesmo tempo, o mundo atual e a globalização neoliberal, afirmando que um outro mundo é possível. Os altermundialistas defendem uma pauta bastante interessante que inclui acabar com a fome no mundo, proteger a saúde de todos, alfabetizar e educar todos os seres humanos e salvar o nosso planeta dos perigos que vêm crescendo. Os participantes deste movimento pensam que não basta defender a escola como serviço público, faz-se necessário compreender que só uma escola pública de qualidade pode garantir o direito de todos à educação,

mediante um processo de transformação da escola, através do qual ela passe a ser um lugar de sentido, de prazer de aprender e de construção da igualdade social, promovendo a homodiversidade, em referência à expressão “biodiversidade”.

A grande oferta de ensino produziu democracia em termos quantitativos: números de escolas, de profissionais para esse trabalho. Incorporou uma população razoável a este processo de democratização, limitando-a uma vez que criou a exclusão cultural e social, porque a população tem direito a uma educação qualificada, porém somente ainda não se construiu esta educação, que solucionará tantos os problemas pessoais e coletivos. Luck (2006) afirma que não pode ser democrática uma escola em que os alunos fracassam, e que não pode ser democrática uma escola que não é para todos. Pode-se concluir que a educação é condição necessária para a formação de indivíduos e sem ela, estes não poderão adquirir níveis mais elevados do desenvolvimento humano como pessoas e cidadãos. Para Charlot (2013, p.40) “espalhou-se a ideia de que se abriu a escola para o povo, sem que mudasse a escola”. Ele segue dizendo que a escola contemporânea é permeada por contradições estruturais, visto que enquanto a escola seleciona os seus alunos, ela vive uma situação de relativa paz. Todavia, quando essa mesma escola se abre, se democratiza, para incluir de forma excludente novos públicos escolares, ingressam também nela novas contradições sociais.

A finalidade social da escolarização

A escolarização possui uma finalidade social que se concretiza no ato de mediar conhecimentos. Essa visão acerca da função social da escola é corroborada pelas professoras que por adesão tornaram-se participantes de nossa pesquisa que tem como objetivo geral analisar o processo de formação do professor do ensino médio e o sucesso escolar do aluno. Segundo essas docentes, hoje em dia a função social da escolarização apresenta como aspecto central, a busca pelo conhecimento, a construção do saber, a aprendizagem e a descoberta. Além disso, entendem que vivemos numa sociedade da informação e da comunicação, sendo a escolarização uma forma de inserção social, uma forma de socialização e preparação para o mundo do trabalho.

De acordo com a professora Catarina, a finalidade social da escolarização resume-se basicamente no estudo sistemático dos conteúdos, na busca de sistematização dos conhecimentos acumulados historicamente e socialmente pela humanidade, que por sua vez acabam sendo objetos de cobrança nos exames externos como ENEM, Vestibulares, PISA, entre outros. Todavia, essa função de dar acesso ao saber, de democratizar o conhecimento é feito num tempo de aula que é o mesmo. Charlot (2013) afirma que temos uma escola que manteve a forma escolar estabilizada no século XVII. Assim sendo, ou se prioriza um trabalho mais voltado para o conhecimento sistematizado, a garantia do currículo formal, ou se prioriza questões sociais, econômicas, culturais, dentre outras. A professora Catarina afirma que a finalidade da escolarização implica em: “dar acesso ao saber, democratizar o conhecimento, trabalhar as formas de pensar, ajudar o aluno a pensar melhor, a sistematizar o seu pensamento para resolver problemas, independente de quais sejam esses problemas”.

O problema, segundo Charlot (2013) é que a sociedade globalizada trata o saber como um recurso econômico, mas requer homens globalizados, instruídos responsáveis e criativos. Ele afirma que talvez essa contradição seja um dos motores da História no século XXI.

Na percepção da professora Catarina, a escola tem se envolvido com problemas, situações que não são propriamente de sua alçada, tais como, questões psicológicas, afetivas, familiares, sócio-econômicas, que ela não tem conseguido responder, mas que a faz mudar o seu foco de ação.

Para a professora Louise, a finalidade social da escolarização pode ser pensada em torno do que era ou é e daquilo que deveria ser. Neste sentido, tínhamos ou temos uma escola centrada no conteúdo, na preocupação com a aprovação e uma inclinação para a quantidade e não para a qualidade. A referida docente compreende que o ato educativo deveria ter como centralidade a formação do cidadão pensando no bem comum, voltada para o respeito, para o meio ambiente, para as relações humanas.

Esse aspecto nos remete para os temas transversais presentes no currículo das escolas brasileiras que apontam para uma formação mais abrangente que contemple temáticas voltadas para a luta contra a discriminação sexual ou contra o racismo, consciência ecológica e demais temas transversais presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN. A professora Louise

compreende que “vivemos numa sociedade da comunicação e da informação, na qual a educação se configura como uma forma de inserção social, de preparação do aluno para viver em sociedade, para o mundo do trabalho”. Essa visão é corroborada pela professora Rosa, ao deixar claro que a finalidade social da escolarização se traduz “pela busca do conhecimento, pela descoberta e aprendizagem, que pode tornar o aluno um ser socializado, capaz de assumir uma posição na sociedade”.

Charlot (2013) nos adverte que existe uma diferença entre “informação” e “saber”, ou seja, como usar as informações disponibilizadas na internet, por exemplo, para transmitir ou construir saberes. Em sua visão, o professor atua com novos tipos de alunos, os quais os modos de pensar não são condizentes com o que requer o sucesso escolar.

Na visão da professora Hannah, a escolarização passa pela formação de cidadãos críticos, reflexivos, capazes de se posicionar como sujeitos da história. Para ela, a escola precisa garantir um currículo mínimo e necessário para o cidadão atingir outros níveis formativos, outros níveis de ensino. Continuando, a professora explicita que a “escolarização deve servir no mínimo para que o indivíduo tenha a condição de se posicionar no mundo de forma consciente, como sujeito da história, como sujeito ativo e não passivo”. Assim sendo, a escola precisa garantir a aquisição de conhecimentos que legitimem a progressão do aluno para outras séries ou etapas escolares, num processo combinado com uma visão crítica do mundo que o cerca. Charlot (2013) entende que o professor encarna uma contradição importante: “sonha em transmitir saberes e formar jovens, mas vive dando notas aos alunos”.

As docentes indagadas sobre a forma como os alunos encaram a escolarização e a relação com o saber hoje, deixaram bem claro que uma maioria considerável visa o acesso ao ensino superior, sendo que essa perspectiva é também compartilhada pela maioria das famílias. As professoras afirmam ainda que essa unidade escolar é bastante procurada, por que os alunos entendem que ela estabelece um maior rigor em relação aos conteúdos. Afinal de contas, o objetivo mais imediato é que sejam bem-sucedidos nos exames externos, concursos vestibulares, aprovação em concursos públicos.

Nesse sentido, tanto os alunos como as suas famílias estabelecem uma relação mais instrumental, um tanto quanto utilitarista em relação ao saber e ao conhecimento. Nessa ótica,

reconhecem que essa instituição de ensino consegue focar mais diretamente os conteúdos curriculares que serão cobrados nas avaliações externas que os levarão para o ensino superior. Visto dessa forma, o ensino médio enquanto sendo a última etapa da Educação Básica, configura-se para esse grupo majoritário de alunos como uma etapa de acesso, uma fase transitória entre a educação básica o ensino superior. Segundo a professora Louise “o aluno visa o acesso ao ensino superior, seguir os estudos posteriores e os seus pais também”.

O conhecimento na visão supracitada não figura como algo capaz de engrandecer o aluno como ser humano e o seu espírito. O saber só serve para a aprovação no ENEM, no vestibular e como forma de melhorar o seu posicionamento social. As docentes que aceitaram participar das conversas maiêutico provocativas afirmaram que são poucos os alunos que se preocupam com o saber que pode promover o desenvolvimento de sua humanidade, o crescimento pessoal e o alargamento de sua consciência individual e coletiva. O que vale é a nota, a aprovação de uma série para a outra, de modo que não haja interrupção no seu itinerário escolar, permitindo-lhes a conclusão da educação básica e o consequente ingresso no nível superior, para que posteriormente possam inserir-se no mercado de trabalho em condições mais privilegiadas, mesmo que a obtenção do diploma de nível superior, aqui no Brasil, nem sempre é uma garantia de ingresso numa posição de trabalho mais privilegiada e bem remunerada. Nas palavras de Charlot:

De forma geral, nesse modelo de sociedade, de escola, e de articulação entre trabalho e educação, mudou profundamente a relação com o saber e com a escola: no mundo inteiro se tornou evidente, nas representações dos alunos, dos seus pais. Dos jornalistas, dos políticos etc., que se vai à escola para “ter um bom emprego mais tarde”. (2013, p.83)

A partir dessas palavras de Charlot, é possível compreender que entramos para a “sociedade do conhecimento” valorizando mais o diploma do que o próprio conhecimento, fato que amplia o risco de seja uma sociedade da informação mais do que uma sociedade do saber. Levando-se em consideração essas questões elencadas, fica aberta a discussão em torno da função da escola hoje em dia. Charlot (2013) faz interessante indagação acerca da finalidade social da escolarização: transmitir saberes, construir competências, fazer as duas coisas, mas com qual equilíbrio?

Para a professora Catarina, uma parcela grande dos alunos entende a escola como sendo um ambiente, um local que pode melhorar a sua aprendizagem e a sua condição social, através do acesso ao nível superior. Para ela, “a maioria dos alunos quer seguir os estudos, fazer um curso superior e outros estão na escola, porque têm que estar.” Nessa linha de pensamento, existe também nessa escola um grupo de alunos, minoritário, que enxergam o ensino médio como a etapa final dos seus estudos, vislumbrando depois continuar trabalhando ou passar a trabalhar a partir das possibilidades que esse grau de formação pode lhes proporcionar. A docente assegura que: “ideia de ascensão social é bastante forte na maior parte dos alunos e que de modo geral percebem o nível de escolarização como possibilidade de ascensão social”. Alguns alunos gostam, de fato, de estudar. A fala da professora Hannah corrobora a visão acima citada, ao afirmar que “a maioria dos alunos não sabe porque está na escola, sabe, no entanto, que precisa desse currículo”. Mais uma vez recorrendo ao pensamento de Charlot (2013, p.107) temos clareza que “ só pode aprender quem desenvolve uma atividade intelectual para isso e, portanto, ninguém pode aprender em vez do outro”. Ele é taxativo, “quem aprende é o aluno”, isso porque se o aluno não quiser, se recusar a entrar na atividade intelectual, não aprenderá, independentemente do método pedagógico empregado. Diante desta perspectiva, quem será cobrado pelo fracasso? O aluno e o professor, uma vez que o aluno depende do professor e o professor depende do aluno. Assim sendo, cabe ao docente, de forma permanente, “pressionar o aluno, negociar, procurar novas abordagens dos conteúdos ensinados, adaptar o nível de sua aula, sem por isso renunciar à transmissão do saber” Charlot (2013, p. 107).

Nessa ótica, o sucesso e o fracasso escolar não podem ser tomados apenas como assuntos pedagógicos, visto que implicam em consequências importantes para o futuro profissional e social do aluno.

Analisando a postura dos pais em relação ao processo de escolarização dos filhos, vimos através da conversa com as docentes, que muitos pais querem apenas que o filho passe de ano. Pouquíssimos são aqueles que diante da percepção de um baixo rendimento escolar, preferem que o filho seja retido na série que está cursando atualmente.

Para que possamos compreender melhor a finalidade social da escolarização, como os alunos encaram essa finalidade, a relação com o saber e além disso, entender a postura dos pais em

relação ao processo de escolarização dos filhos, é importante que reflitamos acerca do perfil do aluno da escola investigada. Esse breve perfil, foi estabelecido a partir das informações produzidas na conversa com as docentes.

Perfil dos alunos

A professora Louise argumenta que há nessa escola uma realidade bem mista, quando se fala do perfil do aluno. Segundo ela, temos egressos de escolas particulares com nível de informação muito alto, de condição social mais privilegiada que migraram por conta das cotas, alunos oriundos da rede pública municipal, alunos residentes nos distritos e na zona rural do município de Guanambi- Bahia, alunos procedentes dos municípios circunvizinhos a Guanambi, que passaram a residir nesta cidade ou viajam todos os dias, usufruindo do transporte escolar gratuito, alunos com idade mais avançada. O público alvo da escola se diferencia também com os turnos de funcionamento, que são o matutino e o vespertino. Trata-se de um público bastante diverso, que apresenta características sócio-econômicas diferentes.

As docentes ainda se referem aos alunos como sendo educados e de bom relacionamento, sendo que os que frequentam o turno vespertino são mais agitados e menos focados no saber. Não há registro de casos de violência entre alunos e com professores ou funcionários. Em geral são dedicados e fazem os trabalhos escolares de forma satisfatória.

A descrição da professora Louise aponta para um perfil de aluno que preferiu estar nesta escola, que optou por ela, que buscou a matrícula e por isso, se configura como um discente que procura se adequar a realidade da escola. Vimos que o aluno que não quer, acaba procurando uma outra unidade escolar. Os alunos, de um modo geral, são vistos como conteudistas, uma vez que tanto eles como os pais exigem aulas expositivas, haja visto que vislumbram apropriarem-se do currículo formal como ferramenta de ascensão social, ingresso no ensino superior e posterior ingresso no mundo do trabalho de forma mais qualificada. Há uma diferença entre as turmas do 1º ano e as turmas do 3º ano, sendo que estas últimas estão mais focadas no Exame Nacional do Ensino Médio -ENEM, nos exames vestibulares e, conseqüentemente, na busca por uma vaga nas instituições de ensino superior. Como apontou a docente, existem alunos que querem apenas

concluir o ensino médio, fato que altera, de certo modo, a visão e a expectativa que tem em relação à escola e a etapa de ensino que estão cursando. São alunos que “se adequam à realidade da escola, que querem estar nela, além de serem conteudistas”, afirma a docente.

Dois elementos que surgiram em nossas conversas maiêutico provocativas e que tem haver com o perfil dos alunos da escola investigada, merecem ser melhor discutidas e realçadas, posto que relacionam-se com o sucesso escolar do aluno, a relação com o saber e a forma escolar. O primeiro elemento é “alunos que querem” e o segundo é “os alunos que se adequam à realidade e a estrutura da escola”. O que esses elementos podem nos dizer em relação ao nosso objeto de estudo? Segundo Charlot (2013, p. 158) “só aprende quem tem uma atividade intelectual”. Portanto, o “querer” desses alunos pode ser entendido como uma predisposição para um ingresso ativo num processo de assimilação e construção de conhecimento, mesmo que o objetivo principal seja a obtenção do acesso ao ensino superior ou há uma inserção profissional mais qualificada. Essa questão tem haver com dois aspectos estudados por Charlot: a motivação e a mobilização. Segundo ele, a motivação é externa, ao passo que a mobilização é um fenômeno interno. Nesse sentido, motiva-se alguém de fora, enquanto mobiliza-se a si mesmo de dentro. Então o “querer” dos alunos dessa escola investigada pode ser visto na ótica da mobilização, pois a fala das professoras é contundente: “são alunos que querem”. Charlot (2013), explica que “na escola, quem aprende não é o eu empírico, não é o eu da experiência cotidiana, quem aprende na escola é o eu epistêmico”, a partir da mobilização, de uma adesão consciente numa atividade intelectual.

Outra questão interessante surgida a partir das conversas com as docentes participantes da pesquisa refere-se a “alunos que se adequam à realidade e a estrutura da escola”. Cada escola possui uma cultura específica, que a literatura escolar classifica como “cultura escolar” ou “cultura da escola” ou ainda “cultura organizacional”. De acordo com Libâneo: (2003, p.320) “cultura organizacional pode, então, ser definida como o conjunto de fatores sociais, culturais e psicológicos que influenciam os modos de agir da organização como um todo e o comportamento das pessoas em particular”. A cultura organizacional pode assumir duas formas: como cultura instituída e como cultura instituinte. A primeira refere-se às normas legais, à estrutura organizacional definida pelos órgãos oficiais, às rotinas, a estrutura curricular, aos horários e as normas disciplinares. Na segunda, os membros da escola criam, recriam, em suas relações e na

vivência cotidiana. Portanto, cada escola tem uma cultura própria que nos permite entender muitos dos fenômenos presentes em seu cotidiano. Vale ressaltar, que essa cultura pode ser modificada pelas pessoas que participam da organização escolar. Dito isto, pensamos que a expressão “alunos que se adequam à realidade e a estrutura da escola, pode ser entendida na perspectiva da cultura escolar, posto que são alunos que conhecem, reconhecem o modo de funcionamento da escola em sua totalidade e por deliberação se esforçam por conviver e aprender numa instituição com um modo de funcionamento específico, com as suas normas, regras, estrutura curricular, formas de avaliar, entre outras coisas. Essa questão também pode ser analisada na ótica da forma escolar, que na visão de Charlot (2013, p.101) significa “as estruturas de espaço e tempo das escolas, a forma como os alunos são distribuídos em turmas, os modos de avaliar combinam mal com o uso pedagógico do computador e da Internet”. Os alunos, mesmo diante de uma forma escolar oriunda do século XVII e que sofreu poucas alterações de lá para cá, na busca do êxito escolar se adequam a essa forma escolar como recurso para uma escolarização bem sucedida. Considerando o perfil dos alunos da escola participante da pesquisa, é possível inferir que eles só conseguiram se adequar ao perfil, à estrutura e a forma escolar onde ingressaram e permaneceram com algum grau de sucesso, mediante as condições sócio-econômicas e acadêmicas que já possuíam. Vale lembrar, que segundo as conversas estabelecidas com as docentes, mesmo aqueles alunos que chegavam com algumas dificuldades relativas ao seu processo de escolarização anterior, se esforçavam para obter sucesso nessa etapa escolar. Charlot entende que:

No campo cultural (escola, imprensa, artes...) prevalece o capital cultural, conjunto de conhecimentos e relações com a cultura e a linguagem. Quem tiver mais capital cultural pode desenvolver nesse campo estratégias mais eficazes para melhorar a sua posição; no campo cultural, são estratégias de distinção. (2013, p. 135)

Na lógica desse modelo sociológico, o que acontece na escola depende do capital cultural e do habitus dos alunos, ou seja, quem dispõe das condições psíquicas e o capital cultural requerido pela escola se torna um aluno bem sucedido e quem não tem fracassa. Esse é o pressuposto do determinismo sociológico que nos ajuda em muito no processo de compreensão da escolarização das pessoas, posto que os alunos não são iguais frente à escola. Mesmo considerando à

importância do capital cultural, não podemos negligenciar a questão da atividade escolar, visto que ela nos ajuda a entender como é possível que alunos dos meios populares sejam bem-sucedidos na escola, ainda que vários fatores ajam em sentido contrário.

A professora Catarina afirma que os alunos gostam dessa escola, mas não gostam de assistir aula, afinal de contas assistir aula é um pouco chato. “A gente sabe que é chato mesmo e que isso está errado, mas mesmo assim, a gente não consegue mudar”. Ela se refere ao formato da aula, dizendo que normalmente faz um apanhado geral do assunto e exercita o conteúdo. “Os alunos questionam sobre determinados conteúdos, querendo saber quando, e de que forma vão utilizá-los”. A docente responde dizendo que o conteúdo serve em primeiro lugar para que ela possa trabalhar, ou seja, ministrá-lo. O aluno talvez possa utilizá-lo no ENEM ou vestibular, quem sabe. A docente assegura que há um conjunto de conteúdos básicos que o sujeito precisa saber, como por exemplo, ler, interpretar, redigir, conteúdos que ajudam a pensar, raciocinar, buscar soluções. Vejamos o que acrescenta Charlot:

Só aprende quem encontra alguma forma de prazer no fato de aprender. Quando digo “prazer” não estou opondo prazer e esforço. Não se pode educar uma criança sem fazer-lhe exigências. Não há contradição entre prazer e esforço. (2013, p. 159)

Na visão da professora Catarina existe um conceito positivo em relação a essa escola, sendo a mesma considerada uma boa escola, que cobra do aluno, consegue focar no vestibular. Isso atrai um público distinto como descrito anteriormente, que inclui pessoas oriundas da classe média, que não são desprovidos de recursos. Há, no entanto, alunos em situação sócio-econômica desfavorável, mas que veem no processo de escolarização uma possibilidade de superarem essa condição. O aluno descrito em nossas conversas é um sujeito que vem de uma família mais bem estruturada, com uma situação econômica mais estável, com acesso a recursos de informática e recursos financeiros suficientes. Tanto os alunos como as suas famílias têm consciência de que é através da escolarização que poderão mudar a sua condição social e econômica.

Em resumo, temos nessa escola um público alvo que visa o ingresso no ensino superior, oriundos de escolas privadas, públicas municipais, que em primeiro lugar buscam matricular-se nessa instituição escolar de ensino médio. De acordo com as docentes participantes da pesquisa, os

discentes são pertencentes a diferentes segmentos sociais, ou seja, são filhos de pedreiros, advogados, médicos, vigilantes, comerciantes, dentre outros. Como a maioria deles visa se preparar para o ENEM e para os exames vestibulares, o ensino acaba se voltando para atender a esse objetivo. “No caso de o aluno não apresentar esse foco, a gente busca orientá-lo para descobrir o que realmente ele almeja com o seu processo de escolarização”, afirma a docente Hannah.

Assim sendo, o aluno que chega a essa unidade escolar tem uma demanda muito bem definida e essa demanda é atendida por essa escola. Foi possível descobrir que existe uma cobrança por aulas, pelos conteúdos, sobretudo dos alunos do 3º ano.

Para encerrar esse bloco de discussão sobre a finalidade social da escolarização, incluímos em nossas conversas maiêutico provocativas, que estabelecemos com as cinco professoras da unidade de ensino da rede estadual de educação de Guanambi, escolhida como lócus de pesquisa, um tópico que versa sobre o papel do professor face à finalidade social da escolarização.

O papel do professor face à finalidade social da escolarização.

Segundo a professora Louise, “a ação docente é decisiva e fundamental”. Considerando que a função da escola é a busca pelo conhecimento, as participantes da pesquisa entendem o professor age como um mediador, que contribui para formar o indivíduo para a sociedade. Nesse sentido, Charlot (2013) nos adverte que “nós, professores, somos exageradamente professores de respostas e pouco professores de questionamentos e, a seguir, levar ou fazer construir respostas, é a forma fundamental do ensino”.

Outra questão relacionada com o papel do professor frente ao processo de escolarização tem haver com o fato de o professor está assumindo inúmeros papéis e funções na escola. Como afirma a professora Sarah, “ele não é apenas o professor, é também é educador, é pai, é mãe”. Na atualidade, “o professor já não é um funcionário que deve aplicar regras pré-definidas, cuja execução é controlada pela hierarquia; é sim, um profissional que deve resolver os problemas” Charlot (2013, p.99). A ideia que prevalece é: faça o que quiser, mas resolva o problema. Na perspectiva apresentada, o professor ganhou autonomia profissional mais ampla, contudo, passa a

ser responsabilizado pelos resultados, sobretudo pelo fracasso dos alunos. Na visão desse autor, precisamos redefinir a função do professor, para que ele não seja desvalorizado. Considera, porém, que esse trabalho de redefinição ainda não foi esboçado.

Como afirmou a professora Catarina, “nós somos pessoas trabalhando com outras pessoas e nesse sentido, devemos orientar o aluno, tendo como premissa básica colocar o aluno em contato com o conhecimento, fazer a mediação com o saber”. Na concepção da professora Hannah, é necessário pensar na contextualização dos conteúdos, haja vista as dificuldades que o aluno muitas vezes apresenta em associar o conteúdo com a sua realidade existencial, concreta. Para ela, esse é o maior papel do professor, ou seja, estabelecer a relação do conteúdo com o mundo real em que vivemos. Isso significa compreender o processo dos fatos, uma vez que tudo é processo. Ela segue dizendo:

Agindo assim, o docente pode tornar o estudo mais significativo, através de uma estratégia chamada de justificativa, que consiste em fazer com que os alunos vislumbrem as razões, os motivos e a importância do estudo de determinados conteúdos presentes nos diversos componentes curriculares. (Professora Hannah)

Considero bastante relevante essa preocupação da professora Hannahno sentido de buscar junto com os alunos o sentido de estar estudando esse ou aquele conteúdo, buscar os nexos causais, uma explicação necessária para o trabalho intelectual desenvolvido em sala de aula. Charlot (2013) explica que a educação é construção de si mesmo e apropriação do mundo humano e por isso, é um movimento de dentro alimentado pelo que o educando encontra fora de si mesmo. Então, são necessários, ao mesmo tempo, a mobilização pessoal do aluno e a ação do professor. Morin (2010) considera que o “conhecimento pertinente é o que é capaz de situar qualquer informação em seu contexto e se, possível, no conjunto em que está inscrita”. Nesta perspectiva, pode-se afirmar que o conhecimento progride não tanto pela sofisticação, formalização e abstração, mas sim, pela capacidade de contextualizar e englobar.

Essa ação de contextualizar, buscar significar ou ressignificar o conteúdo curricular, tem a capacidade de envolver o educando num processo ativo de perceber que ele não está diante de um conhecimento estanque, petrificado e distante do mundo real que o cerca, tornando o ensino -

aprendizagem dinâmico, prazeroso e que empresta sentido a ação de ensinar do professor e ação de aprender, de construir conhecimento do aluno.

Conclusão

Nesse estudo, a educação como direito, constitui um elemento fundamental na construção da justiça com equidade social. Entendemos que a exclusão social na educação não ocorre somente pela ausência de vagas, mas também por falta de qualidade do ensino que não cumpre os seus objetivos propostos. Consideramos a educação como um direito humano prioritário e inalienável para toda a vida.

Temos também o entendimento de que ato educativo deve ter como centralidade a formação do cidadão pensando no bem comum, voltada para o respeito, para o meio ambiente, para as relações humanas. A ação educativa deve primar pela busca do conhecimento, pela descoberta e aprendizagem, que pode tornar o aluno um ser socializado, capaz de assumir uma posição na sociedade. A escolarização passa pela formação de cidadãos críticos, reflexivos, capazes de se posicionarem como sujeitos da história.

Referências

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber às práticas educativas**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 22. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. 36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GONZÁLEZ REY, Fernando. **Pesquisa Qualitativa e subjetividade**. Os processos de construção da informação. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003.

LUCK, Heloisa. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. 2. ed. São Paulo: Vozes, 2006.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**. Repensar a reforma, reformar o pensamento. 18. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

NUNES, Claudio Pinto. **As Ciências da Educação e a prática pedagógica**: sentidos atribuídos por estudantes do curso de Pedagogia. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.